

# Apresentação

Volume 7, Número 14, julho/dezembro de 2020

No decorrer do ano de 2019, apresentamos para a Equipe Editorial da *História Unicap* a proposta do dossiê intitulado “História Ambiental e as (re)leituras do passado”. Entre o movimento inicial de proposição, o processo de submissão e avaliação dos artigos e a publicação da presente edição da revista, a Pandemia de COVID-19 atingiu o Brasil e afetou todos os segmentos da sociedade brasileira. No ambiente acadêmico, a Pandemia atingiu os três pilares da Universidade Brasileira na medida em que dificultou – e, em alguns casos até inviabilizou – as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com limitações operacionais e com um esforço de adaptação de discentes, docentes e gestores, as Universidades foram gradualmente retomando suas atividades. Dentro deste contexto, e sem perder de vista as adversidades decorrentes dos sucessivos cortes orçamentários na área do Ensino Superior vivenciadas pela comunidade acadêmica brasileira ao longo dos últimos anos, acreditamos que a publicação deste Dossiê pode ser considerada um êxito. E este êxito não teria sido possível sem a colaboração dos pesquisadores que participaram como autores(as) ou como avaliadores(as) dos artigos reunidos na *História Unicap – Volume 7, número 14*. Na condição de organizadores, agradecemos aos colaboradores(as) da revista e estendemos o agradecimento à Equipe Editorial.

O dossiê que apresentamos é composto de 8 artigos que se enquadram no campo das pesquisas da História Ambiental. No Brasil, este campo apresenta sinais de crescimento e tem fomentado importantes discussões a respeito da historicidade das relações entre os grupos humanos e os demais elementos do mundo natural. Recentemente, Pádua e Carvalho publicaram um interessante artigo analisando a construção de uma “historiografia ambiental brasileira” (PÁDUA; CARVALHO, 2020). Como os próprios autores reconhecem, “ainda não foi realizada uma tentativa de se escrever uma história ambiental geral do Brasil”. No entanto, depois de três décadas produção acadêmica, já é possível identificar temas recorrentes, observar períodos e fontes documentais frequentemente explorados e apontar lacunas que demandam maior atenção dos historiadores brasileiros.

No que concerne ao conjunto dos 8 artigos aprovados para o dossiê, identificamos três elementos que consideramos relevantes. São eles: (i) a diversidade de fontes

documentais consultadas; (ii) a flexibilidade nas categorias espaciais adotadas; e (iii) a reflexão crítica sobre o impacto das ações antrópicas no ambiente.

O primeiro artigo que apresentamos foi escrito por Diego Estevam Cavalcante. O foco do texto incide nos discursos sobre a agricultura e o mundo natural produzidos no Ceará no decorrer da Colônia e do Império no Brasil. O autor direcionou sua análise para o terceiro nível de abordagem da História Ambiental proposto por Donald Woster, e, conseqüentemente, priorizou o nível “puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202). Ao tratar das adversidades enfrentadas para a prática da agricultura no Ceará, a pesquisa de Cavalcante contempla temas como a qualidade dos solos, os cultivos mais recorrentes, a escassez de alimentos e a falta de incentivos do poder público, dentre outros. O autor faz uso do conceito de “prognóstico”, procedente da meta história (KOSELLECK, 2014), para interpretar as expectativas de mudanças na agricultura do Ceará registradas em documentos da Colônia e do Império.

O Ceará também foi contemplado pelo artigo de José Felipe Oliveira da Silva. No texto, Silva analisa as discussões produzidas em torno do uso dos recursos naturais no Ceará oitocentista. A documentação consultada pelo autor aponta para a coexistência de dois tipos de interações entre os humanos que viviam no Ceará do século XIX e o ambiente: no primeiro tipo, predominavam “usos rudimentares” da natureza e, no outro, predominavam “usos racionais”. Dentro do contexto abordado pelo autor, coube aos homens de letra, aos naturalistas e às autoridades políticas a tarefa de incentivar “usos racionais” da fauna e da flora. Neste aspecto, a pesquisa de Silva destaca o comprometimento da Ciência oitocentista (herdeira do Iluminismo) com o controle e a exploração econômica da natureza.

A ideia de um saber científico que se desenvolve com a pretensão de controlar a natureza é um tema recorrente na bibliografia da História Ambiental. Ela pode ser encontrada em autores que são referências para a configuração deste campo historiográfico, como é o caso de Thomas (2010); Dean (1991 e 1996), Woster (1991 e 1992) e Crosby (1993), dentre outros. A mesma ideia está presente em estudos que não procedem da historiografia, mas que oferecem importantes contribuições para a História Ambiental, como é o caso das obras de Alier (1994 e 1998), Alimonda (2006 e 2011), Leff (2001 e 2006) e Escobar (2005 e 2010).

Os autores supramencionados analisam as relações entre os grupos humanos e os demais elementos da natureza a partir de perspectivas distintas, operam em escalas espaciais de dimensões variadas e usam procedimentos metodológicos diferenciados. No entanto, eles convergem na crítica aos efeitos colaterais de uma Ciência que prioriza o crescimento econômico e a exploração predatória dos recursos naturais, em detrimento do equilíbrio ecológico.

O uso do saber científico como meio para transformar e controlar a natureza também está presente nos textos de Gilmar Arruda e de Fabiano Quadros Rückert e Marluza Marques Harres – textos que correspondem ao terceiro e quarto artigo do dossiê.

Arruda trata das transformações ambientais provocadas pela construção de represas. A pesquisa que originou o texto explora o caso da represa Capivara, construída no Rio Paranapanema, no estado de São Paulo. A partir deste caso, o autor analisa a composição da mata ciliar em torno de lagos artificiais e questiona a conceito de “restauração ecológica” adotado pela legislação ambiental, por empresas e por setores do movimento ambientalista.

Rückert e Harres pesquisaram as relações entre o Rio dos Sinos, localizado no estado do Rio Grande do Sul, e os grupos humanos residentes nas margens deste corpo hídrico. A pesquisa realizada concedeu especial atenção para o problema das enchentes e para construção de obras hidráulicas voltadas para a contenção das cheias do Rio dos Sinos. Segundo os autores, as obras hidráulicas que resultaram na construção do Sistema de Contenção de Cheias do Rio dos Sinos, provocaram grandes transformações na paisagem da cidade de São Leopoldo e interferiram no fluxo das águas do rio.

A reflexão histórica sobre as mudanças e continuidades nas relações entre os grupos humanos e os demais elementos da natureza é uma das principais características da História Ambiental. Esta característica pode ser observada no artigo de Alfredo Ricardo Silva Lopes e Guilherme Rodrigues Passamani e no artigo de Luís Guilherme Fagundes, dois estudos que exploram o conceito de desastre e que apresentam resultados de pesquisas realizadas no estado de Santa Catarina.

Lopes e Passamani escreveram sobre as memórias de pessoas atingidas por desastres sociambientais no sul do estado de Santa Catarina. Por meio da História Oral, os autores analisaram a percepção dos indivíduos a respeito da experiência de sobreviver a um desastre e discutiram diferenças de gênero observadas na memória dos(as) entrevistados(as). Fagundes, por sua vez, usou o conceito de desastre para interpretar a enchente ocorrida na cidade de Florianópolis, em dezembro de 1995. O autor explorou as

narrativas produzidas pelo jornal *O Estado* e identificou uma pluralidade de “vozes” que usaram aquele veículo de imprensa para tratar dos motivos e das consequências da enchente.

A inserção no dossiê de dois textos com reflexões sobre desastres socioambientais parece ser um indicativo de valorização do tema no âmbito da historiografia ambiental brasileira. Neste sentido, consideramos pertinente ressaltar que a interpretação histórica dos desastres socioambientais implica na abertura dos historiadores para o diálogo com outras áreas acadêmicas e, esta abertura, quando praticada, potencializa a incorporação de categorias como risco ambiental, vulnerabilidade, danos ambientais e justiça ambiental.

No âmbito da História Ambiental existe um consenso sobre a importância de a interdisciplinaridade ser efetivamente praticada pelos historiadores na interpretação das fontes documentais. E um exemplo deste tipo de prática pode ser encontrado no artigo de João Davi Oliveira Minuzzi. O autor estudou o relato de viagem intitulado *Notas sobre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil*, publicado originalmente por John Luccock, em 1820. Deste documento, Minuzzi extraiu e analisou as percepções de Luccock sobre as interações existentes entre os humanos e o bioma Pampa, e destacou o interesse do viajante pelo uso econômico dos recursos naturais existentes no respectivo bioma.

Finalizamos o dossiê com o artigo de Elenita Malta Pereira, Sara Rocha Fritz e Denis Henrique Fiuza. Os autores pesquisaram a atuação de José Lutzenberger nos preparativos para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou Rio-92). O texto aborda um importante capítulo na construção de uma agenda ambiental mundial, na medida em que a Rio 92 é considerada um marco nas discussões internacionais a respeito dos problemas ambientais. A pesquisa realizada por Pereira, Fritz e Fiuza explora as expectativas projetadas neste evento e analisa, a partir do pensamento de José Lutzenberger, conceitos como desenvolvimento sustentável e economia ecológica. Os autores também abordam impasses e contradições da política ambiental brasileira em vigor nos primeiros anos da República Nova.

Além dos oito artigos que formam o dossiê de História Ambiental, a presente edição da *História Unicap* é composta por 4 textos que pertencem a Seção de Artigos Livres. O primeiro deles foi escrito por Ana Rosa Clochet da Silva e Leonardo Henrique de Souza Silva e trata da construção do conceito de heresia no Brasil Imperial. Os autores abordam o contexto da Questão Religiosa (1872-75) e exploram o discurso ultramontano

produzido e divulgado pelo jornal *O Apóstolo*. O segundo texto foi escrito por Leandro Carlos Melo da Silva e também aborda uma fonte documental de procedência eclesiástica. No seu estudo, Silva analisa as representações da alteridade indígena amazônica construídas pelo bispo Dom José Afonso de Moraes Torres (1805-1865) no *Itinerário das Visitas Pastorais*, registro de suas viagens pela diocese do Pará entre os anos de 1845 e 1848. Na sequência, Simone Siqueira Campos Rebouças coloca em pauta a história da educação escolar indígena. No texto, a autora identifica mudanças ocorridas na política de atendimento aos indígenas no Brasil, ao longo do século XX, aborda a questão da interculturalidade e discute as influências do integracionismo na construção do sistema de educação escolar indígena. O quarto e último texto da Seção de Artigos Livres foi escrito por Victor Hugo Abril e Lídia Eurídice de Noronha Silva. A pesquisa dos autores foi direcionada para as convulsões sociais ocorridas na capitania de Pernambuco durante a deposição do governador Sebastião de Castro e Caldas que governou Pernambuco entre junho de 1707 e novembro de 1710.

No momento em que este texto está sendo escrito, o futuro da Pandemia de COVID 19 é incerto. E, apesar do otimismo provocado pelo começo da vacinação, não sabemos qual será o desfecho da luta que nossa espécie está travando contra o vírus SARS-CoV-2. Neste contexto, acreditamos que os temas pesquisados pela História Ambiental e as questões discutidas neste campo historiográfico ganham relevância, sobretudo porque ressaltam os riscos da pretensão humana de controlar e explorar a natureza sem considerar a fragilidade do equilíbrio ambiental. Não seria correto esperar da História Ambiental soluções para os problemas gerados pela Pandemia de COVID. No entanto, podemos encontrar na História Ambiental uma autocrítica ao nosso antropocentrismo, uma compreensão parcial da historicidade da degradação ambiental e um convite para mudanças positivas nas relações entre os humanos e os demais elementos da natureza. Diante do que foi exposto, finalizamos a apresentação parabenizando os(as) autores(as) que participaram da presente edição da *História Unicap* e reiterando o agradecimento pela colaboração voluntária dos avaliadores(as).

Dr. Fabiano Quadros Rückert  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dr. José Nilo Bezerra Diniz  
Universidade Federal de Santa Catarina

Corumbá, MS/Fortaleza, CE.

## Referências

- ALIER, Joan Martínez. *Da economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau: FURB, 1998.
- ALIER, Joan Martínez. *El ecologismo de los pobres*. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Barcelona: Icaria/FLACSO, 2004.
- ALIMONDA, Héctor. (Comp.). *Los tormentos de la materia*. Aportes para una ecología política latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- ALIMONDA, Héctor. (Org.). *La Naturaleza Colonizada. Ecología Política y Minería en la América Latina*. Buenos Aires: CLACSO/Ediciones CICCUS, 2011.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: a expansão da biológica da Europa. 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DEAN, Warren. A Botânica e a Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 8, 1991, p. 216-228.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ESCOBAR, Arturo. *Una Minga para el postdesarrollo: lugar médio ambiente e movimientos sociales en las transformaciones globales*. Lima: Universidade Maior de San Marcos, 2010.
- ESCOBAR, Arturo. Depois da Natureza. Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In: PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Héctor (Orgs.). *Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas*. Brasília: FLACSO/Editorial Abaré, 2005, p.17-65.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a apropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.27, n.4, out.-dez. 2020, p.1311-1340.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos históricos*, vol. 4, n. 8. 1991, p 198-215.